

São sete os maiores desafios enfrentados hoje por nosso sistema: acelerar a caminhada na direção da autorregulação, ter sucesso na luta pela estabilidade de regras e sustentabilidade da supervisão de que é alvo pela Previc, persuadir participantes e magistrados da importância do cumprimento do contrato previdenciário, pregar com cada vez maior ênfase a desoneração, progredir na qualificação profissional, revitalizar os produtos que oferece e ter sucesso no fomento. Assim se manifestou Reginaldo José Camilo, Vice-presidente do Conselho Deliberativo da Abrapp ao falar, na última sexta-feira (15), no **II Seminário de Participantes de Fundos de Pensão**, promovido pela Regional Paraná-Santa Catarina da Anapar, em Florianópolis.

Esses desafios decorrem de uma conjuntura que Reginaldo desenhou com clareza para o público presente ao evento. Muitas das dificuldades, notou ele, resultam do fato de a Previdência Complementar não ser mais a prioridade do governo, como foi por alguns anos a partir de 2003. A isso se soma a pressão dos custos e a crescente complexidade operacional, sendo que esta última acaba reforçando a primeira através do aumento das despesas por força das exigências burocráticas. Desse quadro resulta o crescimento vegetativo.

A supervisão, que se queria baseada em riscos, ainda mantém o foco acima do esperado no cumprimento burocrático das regras. O supervisor olha com os mesmos olhos para entidades muito diferentes entre si, o que se configura como problema para um sistema tão heterogêneo em sua composição, especialmente em termos de porte das entidades.

O próprio sistema, prosseguiu Reginaldo, precisa vencer talvez o seu maior desafio, este de natureza cultural. É que, tendo os fundos de pensão nascido já contando com um público compulsório, aquele formado pelos funcionários das empresas que passaram a patrociná-los, encontram hoje uma maior dificuldade em ver os participantes reais ou potenciais como uma clientela que precisa ser conquistada, com certeza por meio de um atendimento e de uma comunicação eficientes e, provalmente, até mesmo lançando mão de ações centradas no marketing.

Alguns aspectos da conjuntura favorecem o crescimento do sistema: a renda da população brasileira cresceu na última década, os avanços sociais foram efetivos e nunca a população no mercado de trabalho foi tão grande, sem esquecer que 7,5% da População Economicamente Ativa (PEA) estimada em 86,7 milhões de brasileiros, ganha acima do teto do INSS e pode se interessar pelo ingresso em um plano complementar. E lembrando, observou Reginaldo, que perto de 15 mil empresas faturam anualmente entre R\$ 100 milhões e R\$ 400 milhões, o que significa que têm condições de patrocinar um plano.

Reginaldo finalizou sublinhando os pontos que figuram na agenda de propostas da Abrapp, sendo o primeiro deles atuar junto ao governo em busca da desoneração das entidades. A caminhada na direção da autorregulação já teve início, com a primeira reunião de uma comissão mista constituída pela Abrapp e Sindapp para se avançar nessa busca, ao mesmo tempo em que não se pensa em desistir da luta por transformar a Previc de fato em um órgão de Estado e não de governo, com uma diretoria detentora de mandato.

Fonte: [ABRAPP](#), em 18.08.2014.